



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0010240-48.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Carlos José Botão**
 Requerido: **Banco Panamericano S A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

CARLOS JOSÉ BOTÃO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco Panamericano S A, também qualificada, alegando tenha firmado com o réu contrato de financiamento de veículo para pagamento em 60 parcelas no valor de R\$ 875,50, no qual cobradas tarifas indevidas como IOF de R\$ 906,40, seguro da operação de R\$ 50,00, tarifa de cadastro de R\$ 795,00, tarifa de registro de contrato de R\$ 50,00, tarifa de gravame de R\$ 55,00 e tarifa de avaliação de R\$ 155,00, totalizando cobrança de R\$ 2.011,40, que pretende repetida em dobro, impugnando ainda a utilização de juros de forma linear, o que, excluído, resultaria em prestações de R\$ 809,30, reclamando seja procedida a essa adequação no valor da parcela e ainda seja o réu condenado ao pagamento de indenização pelo dano moral no valor equivalente a 100 salários mínimos.

A ré contestou o pedido sustentando a regularidade na cobrança das tarifas e também a regularidade do contrato a partir da Súmula Vinculante nº 07 e das Súmula 596 do STF, além das Súmulas 382, 30, 294, 296 e 381 do STJ, defendendo a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170/2001 para concluir pela improcedência da ação.

O autor replicou reiterando os termos da inicial e o feito foi instruído com prova documental.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito ao entendimento do autor, não há possibilidade de se realizar um cálculo aritmético de aplicação dos juros direta e proporcionalmente sobre o valor financiado e dividido pelas 60 prestações, pois é preciso uma compensação e diluição do valor dos juros acumulados sobre todas as 60 parcelas, à medida em que se realizam as amortizações mensais e é diminuído o saldo devedor, a fim de se obter um valor igual para todos os meses, o que é conseguido a partir da utilização da tabela *price*, cuja licitude é atestada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “o cálculo pela sistemática da Tabela Price leva a amortizações crescentes com o valor de juros decrescentes, não caracterizando, pois, nenhuma ilegalidade. Por essa corrente, são os V. Arestos, a saber: Apelações números. 9185541-17.2004.8.26.0000, 0201341-93.2008.8.26.0000, 0079451-25.2005.8.26.0000, 0057128-84.2009.8.26.0000, 007058-73.2002.8.26.0361, todas da relatoria do eminente Desembargador GILBERTO DOS SANTOS, bem como as Apelações números 9201393- 42.2008.8.26.0000, 9113191-89.2008.8.26.0000, 9096852- 89.2007.8.26.0000, 920482.03.2007.8.26.0000, 9207171-27.2007.8.26.0000, todas da relatoria do eminente Desembargador MOURA RIBEIRO” (cf. Ap.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

nº 9228956-11.2008.8.26.0000 - 11ª Câmara de Direito Privado TJSP - 24/11/2011 ¹⁾).

Quanto às tarifas cobradas, cumpre considerar que, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o abuso na cobrança do IOF financiado tem que ser precisa e objetivamente demonstrado, sob pena de se rejeitar o conhecimento do reclamo: *“Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, “em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma objetiva e cabal a vantagem exagerada extraída por parte do recorrente que redundaria no desequilíbrio da relação jurídica, e por consequência, na ilegalidade da sua cobrança” (cf. AgRg na Rcl 12386/SP – 2ª Seção STJ – 22/05/2013 ²⁾).*

Não há tal afirmação precisa na inicial.

No que respeita à tarifa de cadastro, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim se posicionou: *“TARIFAS BANCÁRIAS - Previsão contratual da cobrança de Tarifa de Cadastro e Registro de Contrato, com a especificação de seus valores - Ausência de demonstração de vício de consentimento quando da assinatura do pacto ou da abusividade de tais custos - Resolução nº 3.919/11 do Bacen - Legalidade da cobrança” (cf. Ap. nº 0001721-64.2011.8.26.0369 - 38ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/09/2012 ³⁾).*

E quanto à tarifa de registro de contrato: *“Ação revisional. Procedência parcial. Contrato de financiamento. Tarifas de abertura de cadastro, de serviço de terceiros, registro de contrato e avaliação do bem. Pactuação e ausência de abuso” (cf. Ap. nº 0005189-40.2011.8.26.0400 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/05/2012 ⁴⁾).*

Também o seguro de proteção financeira: *“SEGURO DE PROTEÇÃO QUE VISA ASSEGURAR A NORMALIDADE DO FINANCIAMENTO NA HIPÓTESE DE INVALIDEZ, MORTE ACIDENTAL, DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO – LEGALIDADE” (cf. Ap. nº 0009073-21.2011.8.26.0063 - 37ª Câmara de Direito Privado TJSP - 02/10/2012 ⁵⁾).*

A tarifa de gravame, igualmente, não padece de ilegalidade: *“Lícita a cobrança das tarifas de cadastro, taxa de gravame e registro Tarifas pactuadas expressamente no contrato e com respaldo na Resolução 3.518/2007 do BACEN, com redação alterada pela Resolução 3.693/2009 Cobrança de IOF compulsória e decorrente de lei Sentença mantida Recurso improvido” (cf. Ap. nº 0112143-06.2012.8.26.0100 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 01/08/2012 ⁶⁾).*

Finalmente, a tarifa de avaliação: *“Tarifas bancárias - Lícita a cobrança de “tarifa de avaliação do bem”, “tarifa de cadastro” e “tarifa de registro de contrato” - Tarifas expressamente pactuadas, encontrando respaldo na resolução Resolução 3.518/2007 do BACEN, com redação alterada pela Resolução 3.693/2009 - Inexistência de prova cabal da abusividade da cobrança das tarifas respectivas” (cf. Ap. nº 0008134-93.2012.8.26.0002 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 24/10/2012 ⁷⁾).*

Lícitas as cobranças, não há se pretender havido dano moral, com o devido respeito.

Em resumo, a ação é improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² www.stj.jus.br/SCON.

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br

⁵ www.esaj.tjsp.jus.br

⁶ www.esaj.tjsp.jus.br

⁷ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 24 de abril de 2014.